

Pâmela Araujo Pinto

Fundação Oswaldo Cruz–
Fiocruz
E-mail: pinpamela@gmail.com

**Eleonora de Magalhães
Carvalho**

Universidade Federal
Fluminense – UFF
E-mail:
eleonoramaga@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

O enfrentamento à desinformação sobre saúde pública no Brasil: Registros entre 2020 e 2022

*Facing disinformation on public health
in Brazil:
A register between 2020 and 2022*

*Hacer frente a la desinformación sobre
salud pública en Brasil:
Registros entre 2020 y 2022*

ARAUJO PINTO, P., & DE MAGALHÃES CARVALHO, E. o enfrentamento à
desinformação sobre saúde pública no Brasil: registros entre 2020 e
2022. *Revista Eco-Pós*, 26(01), 140–167. [https://doi.org/10.29146/eco-
ps.v26i01.28051](https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28051)

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051

RESUMO

Entre 2020 e 2022, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentou a pandemia da Covid-19 e uma onda de desinformação sobre o coronavírus. Universidades e conglomerados midiáticos uniram-se para prover indicadores epidemiológicos, enquanto o Governo Federal foi um dos atores da desinformação. O estudo teve como objetivos traçar um panorama das iniciativas de enfrentamento da desinformação em saúde, entre 2020 e 2022, e problematizar seus vínculos com grupos midiáticos e o SUS. A metodologia foi composta por pesquisa documental e revisão de literatura nas bases Periódicos da Capes e OasisBR. Foram feitas buscas complementares no *Google* e nas mídias digitais das atividades mapeadas. Tais dados foram analisados qualitativa e quantitativamente. Resultados apontaram que grupos estabelecidos antes da crise priorizaram o *fact-checking*. Após a pandemia, surgiram iniciativas com ênfase no letramento midiático e no diálogo com o cidadão. Atores midiáticos das escalas regionais e do SUS receberam menor atenção.

PALAVRAS-CHAVE: *Desinformação; Covid-19; Sistema brasileiro de mídia; Letramento midiático; Fact-checking.*

ABSTRACT

Between 2020 and 2022, the Brazilian National Health System (SUS) faced the Covid-19 pandemic and a wave of disinformation on the coronavirus. Universities and media conglomerates joined forces to provide epidemiological indicators, while the Federal Government was one of the actors of disinformation. The study aimed to trace an overview of the initiatives to confront disinformation in health, between 2020 and 2022, and problematize its links with media groups and the SUS. The methodology was composed of documentary research and literature review in the Capes Periodicals and OasisBR databases. Complementary searches were made in *Google* and in the social media of the mapped activities. These data were analyzed qualitatively and quantitatively. Results show that groups established before the crisis prioritized fact-checking. After the pandemic, initiatives emerged with emphasis on media literacy and citizen dialogue. Media actors from regional scales and SUS received less attention.

KEYWORDS: *Disinformation; Covid-19; Brazilian media system; Media literacy; Fact-checking.*

RESUMEN

Entre 2020 y 2022, el Sistema Nacional de Salud (SUS) brasileño enfrentó la pandemia del Covid-19 y una ola de desinformación sobre el coronavirus. Universidades y conglomerados de medios de comunicación se unieron para proporcionar indicadores epidemiológicos, mientras que el Gobierno Federal fue uno de los actores de la desinformación. El estudio tuvo como objetivo trazar un panorama de las iniciativas para enfrentar la desinformación en salud y problematizar sus vínculos con los grupos mediáticos y el SUS. La metodología se compuso de investigación documental y revisión bibliográfica. Se realizarán búsquedas complementarias en *Google* y medios digitales de las actividades mapeadas. Estos datos se analizaron cualitativa y cuantitativamente. Los resultados indican que los grupos establecidos antes de la crisis priorizaron la verificación de hechos. Después de la pandemia, surgieron iniciativas con énfasis

en la alfabetización mediática y el diálogo ciudadano. Los actores mediáticos de escala regional y del SUS recibieron menos atención.

PALABRAS CLAVE: *Desinformación; Covid-19; Sistema mediático brasileño; Alfabetización mediática; Fact-checking.*

Submetido em 08 de março de 2023

Aceito em 30 de maio de 2023

Introdução

No Brasil, a saúde passou a ser um direito de todos e dever do Estado em 1988, com a criação da Constituição Federal (CF), fruto do processo de redemocratização do Brasil após a ditadura militar (1964-1985). A CF de 1988 amparou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) - resultado da reivindicação da sociedade civil por uma reforma sanitária (Paim *et al.*, 2011).

Entre 2020 e 2022, o Brasil e o SUS atravessaram a sua maior crise sanitária. Até junho de 2023 já houve registro de mais de 702 mil mortes causadas do novo coronavírus (Brasil, [s.d.]). A pandemia foi agravada por uma crise política e econômica que tem abalado a estrutura do pacto federativo brasileiro e gerou uma tensão entre o presidente e os governadores na busca de políticas para contenção da Covid-19 (Abrucio *et al.*, 2020). Entre 2020 e 2021 o Brasil teve três ministros da saúde e uma inércia deliberada por parte do governo federal no enfrentamento do vírus. O país foi um dos epicentros da pandemia — em 2021 chegou a ser a segunda nação no mundo com mais casos ativos da doença (World Health Organization, 2021).

Durante a pandemia do novo coronavírus, a Unesco propôs o termo “desinfodemia” para se referir, especificamente, à desinformação sobre a Covid-19, responsável por criar confusão referente à ciência médica, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta. A organização a considera mais letal do que a desinformação sobre outros assuntos (Posetti; Bontcheva, 2020). O fenômeno de propagação de desinformação na área da Saúde é global, sendo seus difusores pertencentes a diferentes categorias de atores sociais, entre eles agentes relacionados a governos e partidos políticos, que estão adotando as plataformas de redes sociais para difundir campanhas com conteúdos falsos (Bradshaw; Howard, 2019).

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051

No Brasil, o governo federal foi um dos agentes da desinfodemia, por meio da sua principal autoridade sanitária, o Ministério da Saúde (MS), e do presidente da república, Jair Bolsonaro (Gramacho *et al.*, 2021; Leal; Lopes; Andrade, 2021). Contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o MS promoveu o uso de medicamentos ineficazes contra a Covid-19 nos seus canais oficiais de comunicação com o cidadão (Pinto, 2022; Recuero; Soares, 2021). O órgão também reduziu a transparência na condução da pandemia, por meio do apagão de dados acerca dos números de pessoas infectadas e de mortes (Bezerra; Pinto, 2022).

O presidente Bolsonaro adotou uma postura negacionista, sem respeitar as recomendações da OMS para prevenção do vírus e ao não aderir ao distanciamento social em atividades públicas, ao uso de máscara e à vacinação. Os governadores tiveram que buscar soluções para a crise de forma isolada e/ou por meio da formação de consórcios, como ocorreu na região Nordeste. O então presidente considerou a doença uma “gripezinha” em pronunciamento público e divulgou opiniões controversas sobre as vacinas e medicamentos sem eficácia reconhecida cientificamente. Esta comunicação ocorreu principalmente por meio de transmissões em plataformas de redes sociais e foi repercutida na mídia.

Em abril de 2021, o Senado Federal brasileiro instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 para apurar a gestão da crise e os seus desdobramentos. A CPI foi concluída em outubro de 2021 e nesse intervalo foram ouvidos os ex-ministros da saúde do período, profissionais do MS, profissionais de saúde externos ao governo, governadores e representantes de empresas que prestaram serviços e intermediaram contratos para aquisição de insumos como os da vacina. A pressão realizada pelos senadores e pelos grupos de mídia, sobretudo a respeito do atraso nas vacinações no território nacional, foi respondida pelo MS por meio de uma ação integrada de divulgação de dados sobre a vacinação no país.

Consórcios entre instituições de ensino, pesquisa e grupos midiáticos passaram a informar a sociedade sobre o avanço do vírus. O MS atravessou o primeiro ano da pandemia em uma gestão ineficiente e opaca da crise sanitária, principalmente no que se referiu à prestação de informações de interesse público. Tal cenário aconteceu em um momento no qual a saúde, a educação e instituições de pesquisa enfrentavam cortes orçamentários e frequentes ataques por

parte de atores governamentais. O contexto midiático do país, por sua vez, também é um dos fatores a serem considerados na circulação da desinformação. Ele é composto por atores nacionais, nomeadamente formado por redes de rádio, TV e grupos de mídia impressa, e por conglomerados internacionais, divididos em duas frentes principais: grupos proprietários de redes de telefonia e provedores de acesso e conteúdo para a televisão por assinatura; conglomerados internacionais proprietários de plataformas acesso à internet e de conteúdos, como as *Big Five* (Google, Meta, Amazon, Microsoft e Apple) e outros atores do *streaming* como *Netflix*, *Disney Plus* e outros. (Meimaridis; Mazur; Rios, 2020). O protagonismo da televisão aberta, presente em 96,3% dos lares e com sinal distribuído gratuitamente pelo país, enfrenta novos cenários com o avanço da internet em mais de 82,7% do território (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Essas transformações também tiveram impacto na interface entre Comunicação e Saúde, com o entretenimento também precisando ser incorporado como chave relevante para a análise e difusão de informações. Estudos sobre os debates sobre vacina e Covid-19, por exemplo, apontaram celebridades como vozes potentes nas discussões sobre os imunizantes nas redes sociais (Carvalho *et al.*, 2022).

Nesse cenário dinâmico, o Brasil foi afetado pela desinfodemia sobre a Covid-19 — um problema de saúde pública global, reconhecido pela OMS e pela Unesco (Salaverría *et al.*, 2020). A desinformação em saúde não é uma agenda nova na interface de estudos das áreas de Comunicação e Saúde do Brasil, mas passou a ser uma temática mais valorizada depois da pandemia (Amaral *et al.*, 2022; Massarani *et al.*, 2021; Sacramento; Paiva, 2020). Deve-se reconhecer que no país, a desinformação tem sido estudada, principalmente, a partir da perspectiva da política (Albuquerque, 2021; Santos Junior, 2020; Santos *et al.*, 2019) e da desinformação científica (Oliveira, 2020). Nas eleições presidenciais de 2018, a desinformação foi um fenômeno relacionado ao avanço da extrema-direita no país, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro. Esse evento foi um marco também para a verificação de fatos no jornalismo brasileiro, sobretudo por meio das agências de checagem e de projetos colaborativos (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022).

Este artigo propõe-se a contribuir com essa agenda a partir de um mapeamento de iniciativas que aproximem os estudos sobre desinformação e saúde, bem como as suas potenciais relações com atores do SUS e com os grupos de mídia regionais. Busca-se ampliar a literatura existente sobre a desinformação em países em desenvolvimento, nomeadamente aqueles vinculados ao modelo democrático.

Este levantamento exploratório foi amparado por uma revisão de literatura de aspectos teóricos e pesquisa documental. Foram localizadas 44 iniciativas, das quais 31,8% estavam relacionadas à desinfodemia. Neste grupo, a academia liderou as ações (64,2%), seguida por ações em ONGs (21,4%), nas empresas midiáticas (7,1%) e no governo (7,1%).

Por fim, este estudo alinha-se à perspectiva de Posetti e Bontcheva (2020), que defendem o enfrentamento da desinformação por meio da valorização da liberdade de expressão e do acesso à informação como essencial para garantir a contribuição de instituições científicas e midiáticas na construção da sociedade do conhecimento e, com isso, fortalecer o exercício do direito à saúde.

1. Desinformação no cenário midiático brasileiro

São características centrais do sistema de mídia brasileiro: a centralização dos veículos nas regiões mais desenvolvidas economicamente e a concentração do controle dos meios massivos de comunicação entre elites. A falta de rigor nas legislações determinou a ocorrência de conglomerados, pois permitiu a propriedade cruzada de veículos (Lima, 2006). A partir das décadas de 1930 e 1960, as concessões de rádio e televisão foram para as empresas já consolidadas. Assim se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no país, resultando num sistema controlado por um reduzido número de empresas (Pinto, 2017). O Grupo Globo é o exemplo desse modelo, pois é o maior conglomerado midiático do Brasil e da América Latina, com cobertura de 99,6% do território brasileiro, a partir das suas redes de TV (Albuquerque; Pinto, 2014).

Em 2023, ainda predomina uma concentração midiática na região Sudeste e uma lógica de distribuição reticular, por meio de conglomerados nacionais sustentados em redes de TV (Globo, Record, SBT, Band e Rede TV!). Essas empresas buscam o apoio de grupos regionais (muitos pertencem a políticos — governadores, deputados, senadores, prefeitos etc.), que controlam as mídias nos estados e municípios, para reproduzir conteúdo (Lima, 2006; Pinto, 2023). Nesse modelo, ainda se destaca uma grade de programação feita por essas cinco empresas de TV, fixadas no Rio de Janeiro e São Paulo, que distribuem o conteúdo para emissoras afiliadas.

No ambiente regional, as empresas de TV afiliadas têm limitado espaço para conteúdos locais. Nessa relação vertical as informações da principal mídia no país, a televisão, chegam à população. Contudo, estas empresas nacionais encontraram concorrência internacional na disputa pela audiência. Segundo Meimaridis, Mazur & Rios (2020), os serviços de *streaming* também têm impactado o cenário midiático, no entretenimento. Os autores destacam a *Netflix* (no Brasil desde 2011) e o *Prime Video* (no país desde 2016) como líderes desse tipo de plataforma. Apontam o *Globoplay* como o *streaming* nacional de maior alcance.

As mudanças no sistema midiático brasileiro, assim como em outros países, têm sido marcadas pelo aumento contínuo da influência de plataformas digitais — enquanto lugar de produção e circulação de conteúdos e da coleta e uso de um volume expressivo de dados dos usuários. A penetração incisiva desses grupos internacionais nas sociedades, em rotinas dos cidadãos e de governos, foi nomeada como a sociedade das plataformas. Os espaços anteriormente dominados por grandes corporações midiáticas, sobretudo nacionais, agora têm sido tensionados com a plataformização da comunicação (Grohmann; Qiu, 2020; Helmond, 2015; Nieborg; Poell, 2018).

A regulação do setor das comunicações massivas no Brasil envolve legislações realizadas no período da Ditadura Militar (1964-1985) e no período da redemocratização do país, mas ainda não contemplam as mudanças advindas da convergência tecnológica das redes e plataformas (Pieranti, 2021). Apesar da criação dos artigos da Constituição Federal de 1988 (220 a 224), a exploração de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão) ainda é feita segundo a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de

Telecomunicações – CBT). Legislações como a Lei Geral das Telecomunicações (Lei n.º 9.472 de 1997), a Lei da Radiodifusão Comunitária (Lei n.º 9.612/1998), o Decreto nº 4.901, de 2003, responsável por instituir as bases para criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTD) e a lei da TV por Assinatura (lei nº 12.485 de 2011) foram marcos legais posteriores.

Pieranti (2021) também destaca a expansão de atividades de grupos econômicos internacionais fixados no país — a exemplo dos serviços de voz, dados e vídeo, realizados por um mesmo agente econômico. Essa reconfiguração do consumo de mídia foi refletida na pesquisa *Reuters Institute Digital News Report* de 2022 (Newman *et al.*, 2022). O estudo sinalizou a redução de audiência dos meios massivos e o aumento do tráfego de *websites*. No levantamento, 55% dos entrevistados indicaram usar a TV como fonte de notícias, enquanto 83% informaram usar fontes on-line. Segundo o estudo, a utilização de smartphones para notícias aumentou: 75% das pessoas informam acessar notícias pelo celular. As plataformas *WhatsApp* (78%), *YouTube* (77%) e *Facebook* (67%) são as mais usadas no Brasil.

Um avanço nesse cenário regulatório ocorreu em 2014, quando foi aprovado o Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965 de 2014), que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. No primeiro semestre de 2023, o debate sobre a regulação midiática mobilizou parte da sociedade com a discussão do Projeto de Lei 2630/20 — a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A proposta regulatória buscou complementar o Marco Civil da Internet ao propor a responsabilização das plataformas sobre o conteúdo que nelas circula (Brasil, 2020). O projeto tem por objetivo regular o serviço oferecido aos brasileiros por plataformas com mais de dois milhões de usuários.

Uma nova conjuntura política iniciou em 2023, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo federal considerou a urgência de um diálogo para fortalecer a soberania informacional brasileira. A criação da Secretaria de Políticas Digitais, com os departamentos de “Promoção da Liberdade de Expressão” e de “Direitos na Rede e Educação Midiática” da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, da Advocacia Geral da União (AGU) sinalizam essa compreensão.

Esse panorama reitera que o cenário midiático brasileiro passa por mudanças e tensões entre controle das comunicações, por atores nacionais e internacionais, e ainda tem uma regulação midiática insuficiente para contemplar o pleno direito dos cidadãos à Comunicação. Jerónimo & Esparza (2022) apontam que essa tensão também está presente em outros mercados midiáticos regionais e que ela foi agravada pela pandemia da Covid-19. Os autores apontam uma aproximação de atores dos mercados regionais das estratégias colaborativas (nacionais e transnacionais), sobretudo no enfrentamento da desinformação como alternativa de sobrevivência econômica.

1.1. Desinformação e Saúde Pública no Brasil

A relação entre desinformação e saúde pública tem contornos históricos no Brasil e foi acentuada com a crescente adesão de cidadãos às plataformas digitais. Movimentos antivacina com atuação no *WhatsApp* (Sacramento; Paiva, 2020) e conteúdos desinformativos sobre o Zika vírus no *YouTube* (Cunha; Garcia, 2019) são exemplos dessa aproximação. Cerca de 82,7% dos brasileiros têm acesso à internet, especialmente por meio do celular (98,6%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). No país, cerca de 70,3% dos conectados têm perfis em redes sociais (Statista, 2021). Na pandemia do coronavírus a desinformação passou a ser enquadrada como assunto político. As implicações dessa lógica recaem no enfrentamento da pandemia — debatido como um problema político e não de saúde (Recuero *et al.*, 2021).

Partimos do entendimento de Karlova e Fisher (2013) para definir o fenômeno da desinformação. Segundo os autores, ele ocorre quando o conteúdo informativo é deliberadamente enganoso e foi elaborado para essa finalidade. Os autores o diferenciam de *misinformation* (má-informação), descrita como um conteúdo impreciso, mas sem o propósito de enganar. A desinformação pode ter consequências significativas para indivíduos, governos e empresas. Quando os indivíduos acreditam em informações enganosas, elas podem influenciar suas ações e decisões (Karlova; Fisher, 2013).

A intencionalidade também foi adotada por Wardle e Derakhshan (2017) para conformar o conceito de desinformação. Eles estabeleceram a ideia de desordem informacional para abordar a desinformação. Os autores definem esta desordem a partir de três conceitos: *dis-information* (informação falsa gerada com a intenção de enganar e confundir), *mis-information* (informação falsa, mas sem intenção de causar prejuízo) e *mal-information* (informação verdadeira, mas divulgada com o propósito malicioso de afetar pessoa ou organização). Três elementos compõem a desordem: os agentes, as mensagens e os intérpretes. Os agentes estão envolvidos em todas as três fases da cadeia de informação e têm várias motivações. As mensagens são caracterizadas por provocarem uma resposta emocional, terem narrativa forte e serem repetidas. Os autores destacaram a valorização dos formatos audiovisuais nas mensagens de *mis-* e *dis-information*, que desafiam as ferramentas de análise automatizada já maturadas para o texto (Wardle;Derakhshan, 2017).

O SUS enfrentou a pandemia da Covid-19 e uma desinfodemia (Posetti; Bontcheva, 2020) sobre o coronavírus. Os formatos utilizados para disseminar a desinfodemia incluem: construções de narrativas e memes contendo emoções expressivas; imagens e vídeos fabricados e alterados de forma fraudulenta ou descontextualizados; falsos sites, bases de dados e fontes informativas; campanhas orquestradas por pessoas para gerar desinformação.

A desinfodemia expôs um desafio multidisciplinar às áreas da Comunicação e da Saúde, a partir do reconhecimento das interferências da desinformação no direito à saúde. Essa correlação é possibilitada pelo prejuízo causado no acesso às informações necessárias à tomada de decisões e projeta impactos a curto e longo prazo. Além das interferências no enfrentamento da pandemia, é possível apontar prejuízos no impacto das futuras estratégias de promoção da saúde e no potencial descrédito nas instituições de saúde pública, sobretudo para atender interesses econômicos e políticos.

Segundo Posetti e Bontcheva (2020), a desinformação é normalmente organizada tanto por atores estatais quanto por não-estatais, incluindo indivíduos e grupos organizados. Ela é criada, difundida e ampliada tanto organicamente, por pessoas que acreditam nela, quanto artificialmente em campanhas que fazem uso de tecnologia, como *bots* e algoritmos de

recomendação. Bradshaw e Howard (2019) identificaram que os atores governamentais e partidos políticos estão adotando as plataformas de redes sociais para difundir campanhas com conteúdos falsos, e que esse fenômeno tem crescido em escala global.

Recuero *et al.* (2021) apontaram que autoridades políticas e de saúde têm um papel fundamental na legitimação e propagação da desinformação sobre Covid-19 nas plataformas de redes sociais. Pinto, Antunes e Almeida (2021) e Leal, Lopes e Andrade (2021) identificaram o Ministério da Saúde (MS) como um dos atores da desinfodemia, com análises sobre os perfis do órgão no *Instagram* e no *Twitter*, respectivamente. Os estudos apontaram que o MS publicou *posts* indicando o uso do medicamento cloroquina, após agências internacionais não validarem essa medicação para tratar a Covid-19. Pinto, Antunes e Almeida (2021) analisaram mensagens produzidas no *Instagram*, durante seis meses de 2020 e 2021, nas quais observou-se que 0,9% dos *posts* abordaram a cloroquina, 6,8% falaram da prevenção contra o vírus e 82% das mensagens falaram das ações do MS. Leal, Lopes e Andrade (2021) identificaram que 67% das mensagens do MS continham desinformação e 32% dos tuítes do presidente continham mensagens com desinformação. Esse comprometimento do MS afeta a principal referência da população sobre saúde no país, que historicamente foi um modelo em temas como vacinação e crises sanitárias.

A desinformação no âmbito sanitário afeta o direito à saúde e o direito à liberdade de expressão e informação, consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), em 1948. A acessibilidade à informação é um componente chave do direito à saúde, que permite aos cidadãos o direito de procurar, receber e compartilhar informações e ideias sobre o tema. Stevanim e Murtinho (2021) defendem o direito à comunicação como inalienável, capaz de unir a perspectiva individual à coletiva e de entender o processo de comunicação na relação dialética entre as dimensões humana e técnica. Ele abrangeria a liberdade de informação, a participação política, a vivência em sociedade e a garantia das condições de desenvolvimento dos indivíduos, na particularidade de suas experiências e de sua cultura.

Entre 2020 e 2022, observaram-se esforços multilaterais para o enfrentamento da desinfodemia. No âmbito sanitário internacional destacou-se o *website* criado pela OMS para

corrigir desinformação sobre a Covid-19. A entidade também disseminou conteúdos de divulgação científica em suas redes sociais (Depoux *et al.*, 2020). A partir de 2021, a desinfodemia permaneceu como um desafio de múltiplas faces, em escala global, e passou a abranger temas como a vacinação contra o vírus. No Brasil, atores governamentais e profissionais de saúde propagaram desinformação contra a vacina nas plataformas de redes sociais (Amaral *et al.*, 2022; Gramacho; Turgeon, 2021).

Essa crise pontuou a importância de se discutir a desinformação acerca da saúde pública e entre as diferentes gerações de cidadãos afetados pelo problema. Posetti e Bontcheva (2020) apontam uma perspectiva colaborativa para o enfrentamento do problema, sobretudo uma reaproximação entre grupos midiáticos e os cidadãos, no intuito das empresas reafirmarem a sua importância à sociedade. Recuero *et al.* (2021) reiteram esta percepção e sugerem uma mobilização coletiva entre atores da sociedade e das mídias, para difundir informações por meio de campanhas educativas e de pressionar plataformas a terem uma atuação responsável contra a disseminação de desinformação. Tal perspectiva multidisciplinar e coletiva envolve ações de educação midiática (Sábada; Salaverría, 2022), que no âmbito sanitário podem ter impactos no acesso ao direito à saúde e à comunicação.

Os governos e autoridades sanitárias são elencados na revisão de Gabarron *et al.* (2021) como referências no enfrentamento à desinformação em saúde. Aos governos são recomendadas medidas de regulação dos meios de comunicação e às autoridades sanitárias são atribuídas funções de disseminar informações confiáveis. Ambos atores são convidados a ampliar a presença em plataformas de mídias sociais para atuar na contenção das informações errôneas. Os letramentos, midiático e em saúde, foram recomendados como estratégias urgentes.

Gabarron *et al.* (2021) aproximam a importância da cooperação entre os profissionais das áreas da Comunicação e da Saúde. Ambos são mediadores do conhecimento científico com os cidadãos e podem compartilhar suas habilidades para: abordar a desinformação em diversos suportes midiáticos; estruturar conteúdos para orientação de acesso a fontes confiáveis; atuar em estratégias de educação continuada para atualizar os atores sobre as mudanças nos cenários informativos.

Esse diálogo entre atores do governo é um desafio a ser problematizado em diferentes cenários, uma vez que se torna maior naqueles países nos quais as autoridades sanitárias e os governos não estão alinhados ao conhecimento científico e às recomendações sanitárias das autoridades internacionais. A ocorrência desse contexto no Brasil aponta que o peso atribuído aos atores governamentais deve ser problematizado e requer uma abordagem ampliada com participação de outros atores relevantes nesse debate. Instituições de pesquisa e ensino e atores midiáticos são estratégicos nesses fluxos de informação de interesse público.

2. Metodologia

Este estudo buscou responder à questão de como as iniciativas para o enfrentamento da desinformação, no Brasil, abordaram a desinfodemia. A pesquisa teve como objetivo traçar um panorama das iniciativas de enfrentamento da desinformação no contexto da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, e problematizar seus vínculos com grupos midiáticos e atores do SUS.

A metodologia foi composta por pesquisa documental sobre iniciativas de enfrentamento à desinformação no Brasil e revisão de literatura nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes e OasisBR. Nessas bases brasileiras foram usadas as palavras-chave “desinformação” e “Covid-19” para buscar artigos revisados por pares e livros. Buscaram-se, junto ao Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), grupos de investigação sobre esta temática. No *website* do CNPq, os grupos identificados disponibilizaram canais de divulgação das suas pesquisas em websites e plataformas de redes sociais. Também foram feitas buscas no *Google Acadêmico* com as palavras-chave “desinformação” e “Covid-19”. Este mapeamento exploratório considerou iniciativas em curso entre março de 2020 e julho de 2022, período que abrangeu dois anos da pandemia no Brasil. Dentre as 44 iniciativas mapeadas, 14 (31,8%) apresentaram foco no enfrentamento à desinfodemia. Adotou-se como critério de inclusão para formação do corpus a seleção das atividades que tivessem produtos ou serviços dirigidos aos cidadãos, oferecidos em plataformas on-line e off-line.

A partir dos dados encontrados, iniciou-se a organização das informações em uma tabela do Excel. Foram criadas quatro categorias para classificar as iniciativas identificadas:

- a) Academia: incluiu projetos coordenados por universidades e centros de pesquisa;
- b) Organizações Não-Governamentais (ONGs): incluiu atividades realizadas por esse perfil de atores, isoladamente ou em parceria com outras entidades;
- c) Governo: incluiu iniciativas lideradas por instituições dos poderes Legislativo e Judiciário;
- d) Empresas de comunicação social: reuniu ações feitas por empresas jornalísticas ou agências de *fact-checking*.

Os dados foram organizados conforme as categorias abaixo, de modo a classificar as informações quantitativamente:

- e) Nome da iniciativa;
- f) Ano de criação;
- g) Categorias (Universidade, ONG, governo ou mídia);
- h) Atores-responsáveis;
- i) Localização geográfica da iniciativa (ou da sua principal liderança);
- j) Produtos resultantes da iniciativa;
- k) Link de contato;
- l) Se abordou a Covid-19 (Sim ou Não);
- m) Se há relacionamento com as mídias (nacionais ou regionais) (Sim ou Não);
- n) Se abordou atores do SUS (Sim ou Não);
- o) Se a iniciativa foi concluída até a realização do levantamento (Sim ou Não).

Essas informações foram complementadas com uma análise qualitativa realizada apenas com as iniciativas de enfrentamento à desinformação e saúde. Neste grupo foram observadas as relações entre as atividades e atores do SUS e com o sistema midiático brasileiro. Também foi feito o cruzamento entre cada iniciativa, os agentes responsáveis e as ações por elas realizadas.

São hipóteses deste estudo: (1) o combate à desinformação no Brasil reflete as proporções continentais do país e sua complexa teia de relações, carecendo ainda de uma entidade aglutinadora para fomentar políticas públicas e articular projetos de alcance nacional; (2) iniciativas centram atenção em mídias nacionais, sem dialogar com outras escalas de mídia no Brasil; (3) ações não envolvem profissionais de saúde no combate à desinformação.

3. Resultados

O tema da desinformação tem recebido destaque no Brasil, sobretudo nos setores acadêmicos e nas empresas de comunicação. Em 2022, foram localizados 24 grupos de investigação sobre o tema registrados no CNPq. 597 artigos científicos revisados por pares foram encontrados no Portal Capes (41,7%) e no OasisBr (58,2%). Desses, 21,6% abordaram a desinformação no contexto da Covid-19. Ao ler os resumos desses artigos e identificar os canais de divulgação das atividades acadêmicas inscritas no CNPq, foram localizadas 44 ações para enfrentar a desinformação, em curso entre 2020 e 2022, no país. Elas foram promovidas por universidades (38,6%), ONGs (15,9%), empresas de comunicação social (29,5%) e pelo governo (15,9%), nomeadamente atores do Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado) e do Judiciário.

Identificou-se que 45,4% das iniciativas mapeadas foram criadas antes da pandemia. Elas delimitam uma fase de atenção ao contexto das eleições presidenciais de 2018. Esse pleito foi marcado pela polarização ideológica e pelo uso de aplicações e plataformas de redes sociais (Santos *et al.*, 2019; Santos Junior, 2020). Nessa etapa anterior a 2020, iniciou-se a implantação das agências de *fact-checking*, como *Lupa* (2015), *Aos Fatos* (2015), e de criação de núcleos de verificação, por grupos de mídia, como *Uol Confere* (2017), *Fato ou Fake* do Grupo Globo (2018) e *Estadão Verifica* (2018) (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022). Das 13 iniciativas identificadas nesse segmento (29,5%), apenas a agência *Coar* foi criada em 2020, com apoio financeiro do grupo Meta.

O mapeamento indicou 2020 como um ponto de aumento significativo de atividades (34,0% das ações). Após a pandemia, o protagonismo das atividades veio de atores do Estado, a

exemplo das universidades públicas e instituições de pesquisa (29,5% das iniciativas) e das ações do governo (11,3%). Elas foram complementadas por iniciativas de ONGs (11,3%).

Ao mapear os atores que representaram as iniciativas, identificou-se que no cenário acadêmico predominou o protagonismo de ações das universidades públicas, que coordenaram pesquisas interdisciplinares, somando-se a institutos de pesquisa e ensino. As ONGs mapeadas defendem o direito à comunicação, entre as quais Its Rio, Coletivo Intervezes, Palavra Aberta e Coletivo Bereia são nacionais, e Article 19 e Safer Net são internacionais. No governo predominaram ações dos atores do judiciário (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público), do Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), além do Conselho Nacional de Saúde. Os atores midiáticos apresentaram a maior variação interna, com domínio de grupos de mídia (53,8%), seguido por coletivos de profissionais de comunicação (30,7%) e as agências de verificação de fatos (15,3%).

A localização geográfica das atividades refletiu a concentração dos grupos de mídias no país, com 45,4% das atividades situadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, sedes das principais empresas de comunicação do Brasil. Apenas 11,3% das iniciativas ocorreram fora das capitais, correspondendo a ações acadêmicas e uma agência de checagem em Campos, interior do Rio de Janeiro. 27% das iniciativas ocorreram em São Paulo, distribuídas entre ações acadêmicas, de ONGs e das empresas de comunicação.

As estratégias combinadas para o enfrentamento da desinformação ocorreram em 50% das ações. Entre elas, o *fact-checking* esteve presente em 50% das iniciativas. Esta estratégia configura-se como uma das atividades mais antigas relacionadas ao enfrentamento da desinformação no Brasil, com *websites* dedicados ao tema desde 2002. A checagem ocorreu de forma unânime nos eixos de grupos de mídia e do governo, e em 6,8% das iniciativas acadêmicas. A educação midiática foi o segundo tipo mais frequente de estratégia (20,4%), com maior presença a partir de 2020. Essas iniciativas foram promovidas nos projetos acadêmicos (11,3%), em ações de ONGs (6,8%) e nas ações do governo (4,5%). O monitoramento dos indicadores relacionados à Covid-19 representou 9,0% e foi realizado por parcerias entre instituições de ensino e pesquisa nacionais. Também foram identificadas atividades práticas como eventos

acadêmicos (6,8%), livros (9,0%), *podcasts* (4,5%) e uma carta (2,2%). 95,4% das atividades mapeadas estavam detalhadas em *websites*.

A pandemia da Covid-19 foi um tema transversal a todos os projetos mobilizados neste estudo contra a desinformação, entretanto encontramos 31,8% de ações dedicadas à desinfodemia. Elas foram distribuídas entre iniciativas na academia (64,2%), em ONGs (21,4%), nas empresas midiáticas (7,1%) e no governo (7,1%). O enfoque acadêmico formou redes de produção de conhecimento, dados sobre a pandemia, e também de estímulo à educação midiática. Nas ONGs, notou-se destaque para ações educativas e de letramento midiático (LM) — iniciativas que buscaram orientar sobre a leitura e a produção crítica de conteúdos midiáticos no contexto da Covid-19, ancoradas no conhecimento científico e na ética jornalística.

No âmbito governamental, criou-se uma iniciativa de enfrentamento à desinformação no contexto da saúde pública, com apoio de universidades. A agência de checagem *Aos Fatos*, uma das pioneiras do Brasil, criou um espaço digital para divulgar trabalhos artísticos sobre a Covid-19 e provocar reflexões sobre o cenário pandêmico.

Tabela 1 – Iniciativas de enfrentamento à desinfodemia no Brasil (2020 – 2022)

| Categoria | Iniciativa | Ano | Atores | Ações |
|-----------|---|------|--|---|
| Academia | Rede Conecta | 2020 | Pesquisa interinstitucional. Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação CiteLab – Universidade Federal Fluminense (UFF) – RJ | Letramento Midiático Publicações Eventos |
| | Rede Covida | | Pesquisa interinstitucional. Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Fiocruz Bahia) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) – BA | Monitoramento Produção acadêmicas Divulgação científica |
| | Desinformação, mídia social e Covid-19 no Brasil | | Pesquisa interinstitucional. MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais - Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS | Atividades acadêmicas Workshops Divulgação científica |
| | Ciência Cidadã: ouvindo e falando sobre o cotidiano de comunicação de | | Pesquisa interdisciplinar. Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – Universidade Federal de Brasília (UNB) – DF | Atividades acadêmicas Workshops Divulgação científica |

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051

| | | | | |
|---------|---|------|--|---|
| | risco. O que nos diz a experiência de isolamento social nos tempos de Covid-19? | | | |
| | A dinâmica transmedia de notícias falsas sobre o novo coronavírus | | Pesquisa interinstitucional. Mediação (Universidade Federal de Minas Gerais - MG); Campo Comunicacional e Suas Interfaces (PUC-Minas); e Convergência e Jornalismo (Universidade Federal de Ouro Preto) - MG | Atividades acadêmicas Livro |
| | Combate às <i>fake news</i> /Covid-19 | | Pesquisa interdisciplinar. Grupo de Estudos da Desinformação em Redes Sociais (EDReS) (Universidade Estadual de Campinas) - SP | <i>Fact-checking</i> Atividades acadêmicas |
| | Observatório Covid-Br | | Grupo formado por 28 instituições de pesquisa | Monitoramento Divulgação de dados científicos |
| | Corona Fatos | | Canal Saúde Fiocruz - Rio de Janeiro - RJ | <i>Podcast</i> Corona Fatos |
| | Fake Science: Sabotagem no combate à pandemia | 2021 | Vaza Falsiane - São Paulo | Letramento Midiático |
| ONG | Agentes da Informação | 2020 | Rede Cordiais – Rio de Janeiro | Letramento Midiático |
| | Campanha #CompartilheInformação #CompartilheSaúde | | Artigo 19 – São Paulo | Campanha educativa |
| | Post-Pandemic Digital Rights Initiative | 2021 | Its Rio – Rio de Janeiro e Minderoo Foundation | Carta de princípios sobre direito à internet em cenário pós-pandêmico |
| Governo | Rede Interinstitucional de Enfrentamento da Desinformação em Saúde | 2022 | Ministério Público Federal e universidades do Rio Grande do Sul – RS | <i>Fact-checking</i> Letramento Midiático |

| | | | | |
|-------|------------------------------|------|--|--|
| Mídia | Plataforma Cultural Artefato | 2020 | Agência Aos Fatos - Rio de Janeiro -RJ | <i>Fact-checking</i> Campanha educativa |
|-------|------------------------------|------|--|--|

Fonte: dados das autoras (2022).

Neste estudo, predominaram iniciativas da área de conhecimento da Comunicação Social, que se aproximaram, interdisciplinarmente, de pesquisadores e profissionais de campos como da Saúde e das Tecnologias da Informação. No mapeamento geral do estudo, os profissionais do SUS e profissionais de saúde integraram ou dialogaram com 18,1% das atividades. Essa aproximação foi mais estreita nos projetos de desinfodemia, pois 42,8% dessas ações tiveram interface com profissionais e gestores de saúde.

Nas seis iniciativas, os profissionais do SUS e os profissionais das áreas da saúde foram interlocutores com outras áreas de saberes para produção de dados sobre a pandemia, nomeadamente equipes de comunicação das instituições envolvidas nas ações. A Rede Covida, criada pela parceria entre Fiocruz Bahia e a Universidade Federal da Bahia, sintetizou esse esforço, pois o grupo multidisciplinar produziu informações científicas para auxiliar gestores na tomada de decisão e orientou o público sobre como lidar com o novo vírus. O contato com a sociedade ocorreu por meio de entrevistas de especialistas à imprensa, da produção de conteúdo nos canais institucionais (*websites* e perfis em plataformas de redes sociais) e boletins técnicos. O contato com a imprensa e a divulgação científica dos dados foram mediados pela equipe de comunicação da Fiocruz. A sede da Fiocruz no Rio de Janeiro também produziu o *podcast* Corona Fatos, com 82 episódios contendo informações científicas direcionadas à população.

Outra forma de diálogo com a sociedade ocorreu na experiência do Observatório Covid-Br, um projeto colaborativo para produção de dados sobre a situação epidemiológica do país. Ele reuniu 85 pesquisadores de diversas regiões do Brasil para disponibilizar dados e antecipar cenários. Os participantes também concederam entrevistas à mídia brasileira.

Os profissionais de saúde participaram de atividade educativa sobre a desinformação, no projeto Agentes da Informação, da Rede Cordiais. O projeto informou ter orientado 200 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre como perceber a desinformação em saúde. Esse perfil de

profissionais é estratégico ao SUS, pois são eles o elo de comunicação entre as comunidades e instituições sanitárias. Os ACS são responsáveis por realizar visitas domiciliares e acompanhar a saúde dos indivíduos e de suas famílias (Mendonça *et al.*, 2020). A ONG também abordou o tema da desinformação e saúde com influenciadores digitais, em 2021.

O Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde, Universidade Federal de Brasília (UNB), produziu um “Plano de Comunicação de Risco” para instituições e cidadãos. O documento orientou sobre etapas da pandemia e ferramentas para gestão da informação e tradução do conhecimento e acerca da desinformação. Durante a pandemia, implementou o projeto Ciência Cidadã, com pesquisas sobre os impactos sanitários e sociais da Covid-19.

Em 2022, o Ministério Público no Rio Grande do Sul reuniu-se a dois institutos federais e a cinco universidades federais do estado para dialogar no enfrentamento da desinformação em saúde, incluindo a pandemia como uma pauta prioritária. Professores, técnicos e gestores compõem o grupo, que inclui profissionais de saúde, de comunicação e do direito. Até outubro de 2022, a rede realizou quatro reuniões e articulou campanhas nas instituições sobre a *Monkeypox*. O conteúdo da rede também é disponibilizado em *website* para cidadãos, no portal do Ministério Público.

Buscou-se também problematizar as iniciativas de enfrentamento à desinformação no contexto pandêmico e os vínculos com grupos midiáticos. Notou-se que essas ações foram identificadas, principalmente, por meio da atuação de empresas de comunicação de alcance nacional, com limitado diálogo com o cenário midiático regional. O *fact-checking* prevaleceu como principal ação dos grupos de mídia de alcance nacional (Grupo Globo, Grupo Folha de São Paulo e Grupo Estadão) e de empresas de checagem que possuem ligação com esses conglomerados (Agências *Lupa*, *Aos Fatos* e *E-farsas*). Esse vínculo com o mercado regional foi identificado na amostra geral, que não inclui o diálogo com a saúde, com as empresas de checagem *Holofote* (do grupo Diários Associados – Brasília –DF), *Prova Real* (Grupo NSC Comunicação – Florianópolis – Santa Catarina) e *Fonte Exclusiva* (Portal *Viu!* – Campos – Rio de Janeiro).

A tendência colaborativa sinalizada por Jerónimo e Esparza (2022) foi observada nos arranjos midiáticos brasileiros. No contexto eleitoral de 2018 surgiu o projeto Comprova, formado por mais de 24 veículos, para monitorar desinformação sobre a disputa eleitoral em ambientes digitais. A partir de 2020 essa plataforma nativa digital também monitorou temas relativos à pandemia. O Comprova recebeu apoio financeiro do Google e do Meta. Em 2020 foi criado o *Coar* — coletivo sem fins lucrativos de checagem no Nordeste. O projeto combina checagem de dados, produção de informações e atividades educativas no Piauí. Não estabeleceu parcerias diretas com os grupos regionais, mas analisou conteúdos publicados nesses espaços. A iniciativa é apoiada pelo grupo Meta direcionada à desinformação, em geral.

Grupos midiáticos também apoiaram iniciativas acadêmicas durante a pandemia. A Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), criada em 2019, e a Rede Conecta, criada em 2020, estabeleceram parcerias com diferentes mídias. A RNCD informou dialogar com 162 parceiros (empresas de *fact-checking* e mídias regionais). A Rede Conecta dialoga com atores das mídias alternativas do Brasil (portais de notícias *GGN* e *247*, fixados em São Paulo). Não foram localizadas iniciativas que falassem exclusivamente de desinformação em saúde, no contexto regional brasileiro. O debate de enfrentamento à desinformação nas mídias está presente no contexto geográfico de grupos de expressão nacional.

Identificou-se que 27,2% das atividades mapeadas nesse estudo já foram concluídas. Livros, campanhas educativas, *podcasts* e projetos de LM foram concluídos entre 2021 e 2022.

4. Discussão e considerações finais

Os resultados indicaram uma diversificação das estratégias de combate à desinformação protagonizada por atores sociais provenientes do Estado, em especial as universidades públicas e outras instituições de pesquisa, que correspondem a um terço das iniciativas identificadas. O dado contribui para enfatizar o comprometimento dessas instituições com a produção de conhecimento articulado com a formação crítica de sujeitos e seus desdobramentos para a sociedade.

Um divisor de águas importante em termos de estratégias de combate à desinformação no Brasil foi a pandemia de Covid-19. Até 2020, o predomínio das iniciativas de checagem refletiu um cenário de acirramento das disputas políticas no país, com o uso de aplicativos como o *WhatsApp*, facilitando o espalhamento de desinformação em larga escala e com viés eleitoral. Por outro lado, a predominância do *fact-checking* também se relaciona ao momento de crise de confiança enfrentada pelas instituições tradicionalmente relacionadas à produção de verdades (Oliveira, 2020), na qual o jornalismo insere-se e que encontrou no “combate às *fake news*” uma forma de manutenção do monopólio da verdade, com as agências de checagem cumprindo o papel de árbitros da verdade pública (Albuquerque, 2021).

Após a pandemia, a abordagem da desinformação tem se ampliado no Brasil, de uma perspectiva mais classificatória, por meio da checagem, para uma compreensão mais complexa, que inclui a educação midiática para apropriação e consumo da mídia, bem como para produção de informações em contextos de plataformas digitais. Essa nova perspectiva amplia também a necessidade de diálogo entre áreas de conhecimento vigentes em contextos democráticos.

Os dados apontam para a centralização de iniciativas no Sudeste. A crise sanitária contribuiu para a diversificação de agentes em torno do combate à desinformação, porém não alterou a geografia das iniciativas, que reflete a concentração das mídias e da política no país.

Observou-se a formação de parcerias entre atores da academia, ONGs, agências de checagem e meios de comunicação alternativos. Os conglomerados de meios de comunicação, por outro lado, tiveram pouca interação com os outros atores mencionados. Concentraram-se na verificação dos fatos como uma estratégia para aumentar a sua credibilidade. As agências de checagem optaram por verificar, predominantemente, os veículos de imprensa alternativos, em detrimento dos conglomerados de meios de comunicação social. As iniciativas identificadas no contexto público, a exemplo do Legislativo e Judiciário, foram centradas no reforço das suas respectivas credibilidades.

O mapa empreendido sobre o enfrentamento à desinformação permitiu sinalizar a presença de uma lacuna ainda a ser preenchida no que se refere à existência de uma autoridade direcionada ao enfrentamento da desinformação em escala nacional. A RNCD tem se destacado

com uma rede aglutinadora de iniciativas no território nacional, em diálogo com atores da academia, do governo, empresas de comunicação e ONGs. Entretanto, a dimensão continental do país ainda desafia um alcance maior. Confirmou-se a hipótese 1, na qual o combate à desinformação no Brasil carece de uma entidade aglutinadora para fomentar políticas públicas e articular projetos de alcance nacional.

Por outro lado, atores externos têm atuado no financiamento de projetos no Brasil. Conglomerados internacionais continuam a influenciar na construção da agenda sobre a desinformação no Brasil. Pesquisas como Caminhos da Desinformação, projetos como Cidadão Digital, Coar, EducaMídia, Comprova receberam fomento do grupo Meta e do Google. Essa proximidade pode inibir o questionamento do papel das plataformas no cenário de desinformação no Brasil, sobretudo o debate sobre a responsabilização desses conglomerados internacionais em um momento em que se discute com a sociedade brasileira a regulação da atuação desses grupos no país. Esse apoio externo também reforça a demanda interna por políticas públicas de fomento a iniciativas transversais de enfrentamento à desinformação. Essa transversalidade deve ocorrer quanto às áreas de conhecimento e quanto à escala de atuação das iniciativas, reconhecendo espaços periféricos, territórios situados além das centralidades aqui apontadas.

A segunda hipótese do estudo foi confirmada, pois os dados apontados sinalizaram que as iniciativas centram atenção em mídias nacionais, com diálogo limitado com outras escalas de mídia no Brasil. A hipótese 3 foi refutada, pois a amostra coletada nesta pesquisa apontou um diálogo entre atores da saúde e da comunicação no combate à desinformação. O achado não indica que seja um padrão, mas reitera a importância dessa cooperação.

Cabe salientar que os projetos da Rede Cordiais e a Rede Interinstitucional de Enfrentamento da Desinformação em Saúde foram as duas atividades nas quais houve a junção dos profissionais de saúde e de comunicação para pensar o LM. Colaborações desse tipo têm potencial de reforçar a qualidade do conteúdo produzido ao orientar os cidadãos.

Stevanim e Murinho (2021) sinalizaram que os direitos à Comunicação e à Saúde são essenciais ao Estado democrático. Esse ponto em comum pode servir de base aos projetos de

enfrentamento dos cenários de desinformação. O ponto de contato entre os dois campos deve superar a relação (muitas vezes hierarquizada) entre fontes e entrevistados, mas pode ser reposicionada para uma cooperação de mediação do conhecimento científico em estratégias de letramento midiático e de saúde, ações de educação continuada para profissionais e usuários do SUS e em estratégia de correção da desinformação.

A investigação empreendida neste mapeamento foi fruto de um estudo exploratório, portanto, não foi capaz de nomear todas as iniciativas em curso no Brasil. Centramos esforços em identificar projetos de atores públicos nacionais como a Câmara dos Deputados, o Senado e o STF. Atores públicos do Legislativo, Judiciário e Executivo, nas escalas estadual e municipal, não foram contemplados neste estudo. Os projetos relacionados às ONGs e à academia foram mapeados conforme a metodologia apresentada, podendo ter interferências imprevisíveis relativas aos motores de busca. Outra possibilidade é a ausência desses atores (não mapeados) em publicações científicas e noticiosas. Este estudo buscou aglutinar áreas e atores centrais no enfrentamento da desinformação no Brasil, apontando para a necessidade de uma reflexão para a desinformação em saúde pública.

Os registros feitos neste estudo sinalizam uma abordagem urgente da desinfodemia, principalmente no âmbito acadêmico; em 2022, essa perspectiva deixou frutos mais amplos, com criação de frente à desinformação em saúde. A “Rede Interinstitucional de Enfrentamento da Desinformação em Saúde”, no Sul, e o “Programa de Combate à Desinformação no Âmbito do Supremo Tribunal Federal”, em Brasília, são exemplos desses esforços e criação de elos entre diferentes instituições no Brasil.

Este estudo integra uma agenda de pesquisa, em desenvolvimento, sobre desinformação e saúde pública no Brasil. Os resultados deste levantamento demandam mais atenção às iniciativas de enfrentamento da desinformação desenvolvidas pelo governo do Brasil, nomeadamente dos poderes Legislativos e Judiciário. Este detalhamento buscará potenciais elos entre as iniciativas já viabilizadas e o tema da saúde pública. Portanto, essas futuras análises demandam um olhar mais qualitativo, a partir do qual se pretende sinalizar potenciais áreas de interface entre os atores públicos e atores de outras esferas no enfrentamento à desinformação.

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051

Ainda no escopo dos estudos futuros, entende-se a importância do aprofundamento do olhar sobre as iniciativas de enfrentamento da desinfodemia e de outros temas sanitários no país.

Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. L. *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 663–677, 2020.
- ALBUQUERQUE, A. de. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. *Revista Eptic*, v. 23, n. 1, jan.-abr., 2021.
- ALBUQUERQUE, A. de; PINTO, P. A. O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção. *Revista FAMECOS*, v. 21, n. 2, p. 541, 2014.
- AMARAL, A. da R. *et al.* Narratives of Anti-Vaccination Movements in the German and Brazilian Twittersphere: A Grounded Theory Approach. *Media and Communication*, v. 10, n. 2, p. 144–156, 2022.
- BEZERRA, A; PINTO, P. A. O uso do jornalismo de dados na pandemia da Covid-19: uma revisão sistemática entre 2020 e 2021. In: TYMOSHCHUK, O.; PINTO, P. MACIEL, S. (Orgs.). *E-health na prática* [E-book]. Aveiro: Ria Editorial, 2022.
- BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. *The Global Disinformation Order: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation* University of Oxford. Oxford: 2019. Disponível em: <<https://demtech.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/12/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>> . Acesso em: 14 nov. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2020. *Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735&fichaAmigavel=nao>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- CARVALHO, E. de M.; SANTOS JUNIOR, M. A., NEVES, L. F., OLIVEIRA, T. M., MASSARANI, L.; CARVALHO, M. S. Vacinas e redes sociais: o debate em Torno Das Vacinas no Instagram e Facebook durante a pandemia de covid-19 (2020-2021). *Cadernos de Saúde Pública*, v.38, n.11, 2022.
- CUNHA, S. E.; GARCIA, M. O tempo do medo versus o tempo da ciência: disputas discursivas sobre a epidemia de vírus Zika e microcefalia no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, v. 35, p. 93–112, 2019.
- GABARRON, E.; OYEYEMI, S. O.; WYNN, R. Covid-19-related misinformation on social media: A systematic review. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 99, n. 6, p. 455- 463A, 2021.
- GRAMACHO, W. *et al.* Political Preferences, Knowledge, and Misinformation About COVID-19: The Case of Brazil. *Frontiers in Political Science*, v. 3, p. 1-13, maio 2021.

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051

- GRAMACHO, W. G.; TURGEON, M. When politics collides with public health: COVID-19 vaccine country of origin and vaccination acceptance in Brazil. *Vaccine*, v. 39, n. 19, p. 2608-2612, 2021.
- GROHMANN, R.; QIU, J. Contextualizando o Trabalho em Plataformas. *Revista Contracampo*, v. 39, p. 1-10, 2020.
- HELMOND, A. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. *Social Media + Society*, v. 1, n. 2, 2015..
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Internet no Brasil - PNAD 2021*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- JERÓNIMO, P.; ESPARZA, M. S. Disinformation at a Local Level: An Emerging Discussion. *Publications*, v. 10, n. 2, p. 1-14, 2022.
- KARLOVA, N. A.; FISHER, K. E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. *Information Research*, v. 18, n. 1, p. 17, 2013.
- LEAL, D. de U.; LOPES, I. da S.; e ANDRADE, P. M. Cuando el gobierno informa mal : el covid-19 y el tratamiento temprano en Brasil. *Razón y Palabra*, v. 25, n. 112, p. 115-131, 2021.
- LEAL, D. de U.; LOPES, I. da S. A. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. *Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación*, v. 1, n. 145, p. 261-280, 2020.
- LIMA, V. A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu de Abramo, 2006.
- DEPOUX, A. *et al.* The pandemic of social media panic travels faster than the COVID-19 outbreak Dengue Tools View project GBD 2013-2015 Study View project. *Journal of Travel Medicine*, v. 27, n.3, taaa031, 2020.
- MASSARANI, L., *et al.* Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 29-43, 2021.
- MEIMARIDIS, N. M.; MAZUR, N. D.; e RIOS, N. D. the Streaming Wars in the Global Periphery: a Glimpse From Brazil. *International Journal of Tv Serial Narratives*, v. 6, n. 1, p. 65-76, 2020.
- MENDONÇA, A. V. M. *et al.* Inclusão digital de agentes de saúde de Goiás: relato de uma iniciativa pedagógica. In: PEREIRA NETO, A.; FLYNN, M. (orgs.). *Internet e saúde no Brasil: desafios e tendências*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 472-487.
- NEWMAN, N. *et al.* *Reuters Institute Digital News Report 2022*. 2022. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital News-Report 2022.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

- OLIVEIRA, T. M. DE. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 2, p. 1-23, 2020.
- NIEBORG, D. B.; POELL, T. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. *New Media & Society*, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018.
- PAIM, J. *et al.* The Brazilian health system: History, advances, and challenges. *The Lancet*, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 2011.
- PIERANTI, O. P. Hora de repensar o modelo regulatório das comunicações? As recomendações da OCDE para o sistema público de radiodifusão no Brasil. *Galáxia* (São Paulo), n. 46, p. 1-17, 2021.
- PINTO, A. P.; ANTUNES, M. J.; ALMEIDA, P. A. M. Instagram como ferramenta de salud pública: un estudio sobre América del Sur. *Ámbitos Revista Internacional de Comunicación*, v. 53, n. 2, p. 63-81, 2021.
- PINTO, P. A. *Brasil e as suas mídias regionais: estudo dos mercados das regiões Norte e Sul*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2017.
- PINTO, P. A. Agenda de saúde das senadoras brasileiras no Instagram durante a pandemia da COVID-19. In: *Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação*. Divinópolis - MG: Meus Ritmos Editora, 2022. p. 123-146.
- PINTO, P. A. Políticos donos de mídias: problema histórico permanece no Brasil. In: BANDEIRA, O.; MENDES, G.; PASTI, A. (Orgs.). *Quem controla a mídia*. 1 ed. São Paulo: Editora Veneta, 2023, p. 47-76.
- POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. *Desinfodemia: Decifrar a desinformação sobre a COVID-19*. Paris: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por. Acesso em: 18 ago. 2022.
- RECUERO, R. *et al.* Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate. Pelotas: Relatório de Pesquisa, 2021. v. 1
- RECUERO, R.; SOARES, F. B. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. *E-Compós*, v. 24, 2021.
- RODRÍGUEZ-PÉREZ, C.; SEIBT, T. Critérios Dos Fact-Checkers Brasileiros. *Brazilian journalism research*, v. 18, n. 2, p. 350-373, 2022.
- SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. *MATRIZES*, v. 14, n. 1, p. 79-106, 2020.
- SÁDABA, C.; SALAVERRÍA, R. Combatir la desinformación con alfabetización mediática: análisis de las tendencias en la Unión Europea. *Revista Latina de Comunicación Social*, n. 81, p. 17-33, 2022.

SALAVERRÍA, R. *et al.* Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19. *El Profesional de la Información*, v. 29, n. 3, p. e290315, 2020.

SANTOS, J. G. B. dos *et al.* WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.

SANTOS JUNIOR, M. A. PLATAFORMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. *E-Compós*, v. 24, p. 1-27, 2020.

STATISTA. *Percentage of populatio actively using social media in Latin America and Caribbean*, 2021. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/454805/latam-social-media-reach-country/>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

STEVANIM, L. F. MURTINHO, R. *Direito à Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe report (DGI)*, p. 108, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard*, 2021. Disponível em: <<https://covid19.who.int>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

Pâmela Araujo Pinto – Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/Fiocruz). Professora Substituta na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: pinpamela@gmail.com

Eleonora Magalhães Carvalho – Universidade Federal Fluminense – UFF

Bolsista de pós-doutorado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: eleonoramaga@gmail.com